

**POLÍTICA AFIRMATIVA DE COTAS RACIAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
PERFIL DOS SUJEITOS BENEFICIÁRIOS DA POLÍTICA NA UFPR**

**AFFIRMATIVE RACIAL QUOTA POLICY IN HIGHER EDUCATION:  
PROFILE OF SUBJECT SUBJECTS OF POLICY AT UFPR**

Silvia Maria Amorim Lima<sup>1</sup>

**RESUMO**

Este artigo traça um perfil dos estudantes negros que acessaram a Universidade Federal do Paraná (UFPR) através da política afirmativa de inclusão à educação superior, seja pela resolução interna do sistema de cotas raciais da UFPR, seja por meio da legislação federal que ampara esta política, a Lei 12.711/12 (alterada pela Lei 13.409/16). Trabalhamos com o conceito de políticas afirmativas cujas ações visam, essencialmente, o atendimento a diferentes grupos que se encontram em situação de opressão e discriminação. Vale destacar que a desigualdade racial encontrada na educação superior demandou historicamente reivindicação dos movimentos negros. Assim, estes movimentos concentraram esforços no cenário da educação superior para que fossem estabelecidas políticas afirmativas que rompessem a lógica de trabalho informal e baixa aquisição econômica que afetam a população negra. Foi realizada pesquisa direcionada aos estudantes que ingressaram na UFPR através do sistema de cotas raciais. A composição de cor/raça dos estudantes respondentes foi de 35% de pretos e 65% de pardos. Os dados apontam que, na maioria dos casos, esses estudantes são os primeiros membros de seu núcleo familiar a ingressarem na universidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas afirmativas. Cotas raciais. Educação superior.

**ABSTRACT**

This paper traces a profile of black students who have entered Federal University of Paraná (UFPR) through affirmative action of access to higher education, either through the internal resolution of UFPR's racial quota system, or through the federal legislation that supports this policy, Law 12.711/12 (amended by Law 13.409/16). We work with the concept of affirmative action whose actions are essentially aimed at serving different groups that are in a situation of oppression and discrimination. It is worth noting that the racial inequality found in higher education has historically demanded a claim from black movements. Thus, these movements concentrated efforts in the higher education scenario so that affirmative actions were established that would break the logic of informal work and low economic acquisition that affect the black population. This research was carried out aimed at students who entered UFPR through racial quota system. The color/race composition of the respondent students was 35% black people and 65% "pardos"/brown (mixed race people). The results show, in most cases, these students are the first members of their family to enter university.

**KEYWORDS:** Affirmative action. Racial quotas. Higher education.

---

<sup>1</sup> Assistente Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR), doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE), na linha Diversidade, diferença e desigualdade social. E-mail: [silvialima.as@gmail.com](mailto:silvialima.as@gmail.com).



## 1. INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objeto de investigação traçar o perfil dos estudantes negros e negras que acessaram a Universidade Federal do Paraná –UFPR, através da política afirmativa de inclusão a educação superior sob o regime do sistema de cotas raciais da UFPR, ou pela legislação que apara a política, a lei 12.711/12 (alterada pela lei 13. 409/16).

Na UFPR, a política inclusiva de cotas foi estabelecida em 2004, através da Resolução 37/04 do Conselho Universitário (COUN), tornando-se efetiva a partir de 2005, com o ingresso dos estudantes cotistas, o que atendia ao objetivo da instituição explicitado na resolução de “democratizar ainda mais, em todos os níveis, o acesso e permanência em seus quadros das populações em situação de desvantagem social” (RESOLUÇÃO 37/04- COUN).

O direito a educação superior se dá vinculada a demanda por conquista de novos direitos. A busca pelo processo mais democrático de acesso a esse nível de escolaridade vai demarcar a diferenciação com os momentos anteriores e sua forma de buscar e alcance do poder. Assim, superadas a busca pelo poder religioso, político e econômico, a luta se faz no domínio do saber, pois “o crescimento do saber só faz aumentar a possibilidade do homem de dominar a natureza e os outros homens” (BOBBIO, 2004, p. 209).

Na área da educação superior o acesso se deu de forma elitizada, o domínio branco foi marcadamente maior, dessa forma, houve distribuição desigual do poder na sociedade brasileira, gerando mecanismos de produção, estabelecimento e reprodução de hierarquias e normatividades. Tornou-se necessário que políticas fossem implantadas para dar condições de acesso para os demais segmentos alijados desse bem social, ou a essa modalidade de poder como declara Bobbio. Dessa forma, os estudos das políticas afirmativas tornam-se um campo de investigação importante para o desenvolvimento do sistema educacional, visto que tais políticas permitem maior democratização no sistema educacional superior.

Nesse sentido, as ações afirmativas passam a ser pensadas e debatidas como ferramentas de inclusão social. Conforme Joaquim Barbosa Gomes (2001),

As ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. (...) Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fato,



de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade (GOMES, 2001, p. 90).

Esse conceito de políticas afirmativas evidencia que as ações que as envolvem visam, essencialmente, o atendimento da população que sofre discriminação, o que pode se estender a diferentes grupos que se encontram em situação de opressão e discriminação. Vale destacar que a desigualdade racial ressaltada na educação superior demandou historicamente reivindicação dos movimentos negros. Assim, o movimento concentrou esforços também nesse cenário, para que fosse estabelecida a política afirmativa.

Neste artigo serão apresentados parte dos dados da pesquisa sobre permanência de estudantes cotistas raciais na UFPR, dados estes coletados através de questionário. Foi utilizada a ferramenta do google chrome e enviados formulário, através de e-mails para os participantes da política de inclusão de estudantes negros na UFPR, nos anos de 2010 a 2014. Foram encaminhados 1.210 e-mails, pois dos 1410 participantes da política deste período, não foi possível obter o e-mail de 200 alunos. Destes 1.210 e-mails enviados, cerca de 10% retornaram por não estarem com endereços corretos e responderam ao questionário cento e cinquenta e oito estudantes, que correspondem a mais de treze por cento dos alunos do universo pesquisado.

Nesta etapa da pesquisa, percebe-se o ponto de vista dos estudantes que, de forma direta, se colocam frente aos questionamentos, pois “na pesquisa social, estamos interessados na maneira como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e as dos outros” (BAUER; GASKELL, 2015, p. 21).

As perguntas foram elaboradas com intuito de traçar o perfil do aluno cotista negro. O questionário contemplou vinte e sete perguntas fechadas e três perguntas abertas, entendendo que “um levantamento de grande escala de um grupo de minoria étnica pode incluir questões abertas para análise qualitativa, e os resultados podem servir a interesses emancipatórios do grupo minoritário” (BAUER; GASKELL, 2015, p. 20).

Neste artigo abordamos somente as perguntas que nos auxiliam em traçar o perfil desse estudante, Os dados serão apresentados divididos em subitens.

## **2. PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA**

A pesquisa foi direcionada aos estudantes que ingressaram na UFPR através do sistema



de cotas direcionadas aos estudantes negros<sup>2</sup>. A composição de cor/raça dos estudantes que responderam à pesquisa é de 35% pretos e 65% pardos.

A primeira indagação trazida no questionário é quanto ao curso que o estudante ingressou. A resposta a essa questão dá uma noção da representatividade dos participantes em relação à diversidade de áreas e cursos ofertados pela UFPR. Na tabela abaixo é possível visualizar que a participação na pesquisa se deu de maneira diversificada, com representação dos vários setores<sup>3</sup> da Universidade.

**TABELA 1 - Quantidade de participantes por curso**

CURSOS	PARTICIPANTES	PERCENTUAL (%)
Administração	6	3,8
Ciências Contábeis	5	3,2
Engenharia Mecânica	7	4,4
Direito	12	7,6
Engenharia Civil	2	1,3
Pedagogia	7	4,4
Ciências Biológicas	2	1,3
Medicina	15	9,4
Gestão da Informação	5	3,2
Ciências Sociais	4	2,5
Ciências Econômicas	3	1,9
Engenharia Elétrica	6	3,8
Engenharia Industrial Madeireira	4	2,5
Engenharia Ambiental	4	2,5
Geografia	3	1,9
Educação Física	7	4,4
Odontologia	3	1,9
Medicina Veterinária	4	2,5
Terapia Ocupacional	7	4,4
Engenharia Química	6	3,8
Turismo	3	1,9
Farmácia	2	1,3
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	3	1,9
Psicologia	3	1,9
Tecnologia em Biocombustíveis	3	1,9
CURSOS	PARTICIPANTES	PERCENTUAL (%)
Matemática Industrial	3	1,9
Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	2	1,3
Comunicação Social - Relações Públicas	2	1,3

<sup>2</sup> Estamos trabalhando com raça como uma construção social, e utilizamos a classificação do IBGE, unindo pretos e pardos na categoria negros.

<sup>3</sup> A UFPR tem estrutura organizacional em departamentos e “setores” que correspondem as “faculdades” na maior parte de outras IFES.



Agronomia	2	1,3
Física	2	1,3
Estatística	2	1,3
Outros	19	12
<b>TOTAL</b>	<b>158</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir das respostas do questionário

Destaque para setores de Ciências da Saúde, Jurídicas, Agrárias, Exatas, Biológicas e Sociais Aplicadas. O item “outros” abrange a representatividade de dezenove cursos diferentes, de diversificados setores. Essa divisão polarizada nos cursos é importante para fazer uma boa representatividade destes na amostragem analisada.

Os alunos dos cursos de medicina e direito somados representam 17% do total dos alunos que responderam ao questionário. Vale ressaltar que esses cursos foram historicamente elitizados. Somente através da política de inclusão racial foi que a presença negra nessas áreas virou realidade, gerando um processo de democratização significativa no acesso de negros ao espaço acadêmico (PORTO; SILVA; OTANI, 2012).

Quanto ao turno em que cursam a graduação, cem alunos estudam no horário diurno, ou seja, 63,3%. No curso noturno são 58 estudantes, no total de 36,7%. Dos 12 alunos de direito, 11 estudam no turno da noite. No curso de engenharia mecânica, os 7 alunos que responderam ao questionário também estudam à noite.

A busca por cursos noturnos pode inferir a necessidade desses estudantes de terem que conciliar vida acadêmica com o mundo do trabalho. Essa conciliação nem sempre se dá sem prejuízos para os estudos, visto que a divisão do tempo entre essas duas esferas pode comprometer o rendimento e desestimular a continuação dos estudos.

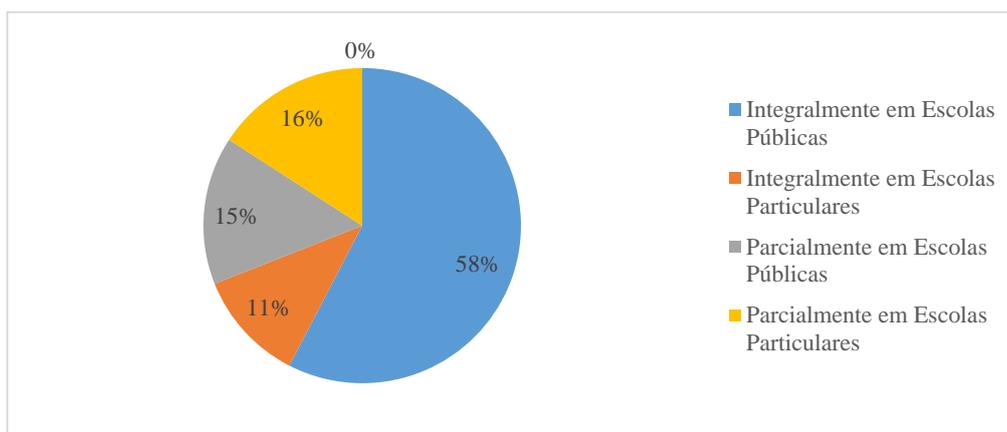
O gráfico abaixo evidencia a trajetória educacional dos estudantes pesquisados. A maioria dos estudantes fez sua trajetória integralmente na educação pública (58%), seguidos de 16% que participaram de escolas particulares em algum momento da formação escolar, mas que na maioria da formação estiveram em instituições públicas. Outros 15% participaram, na maioria, da formação em escolas particulares e, em algum momento, estiveram assentados em bancos da escola pública. Somente 11% estudaram integralmente em escolas particulares.

Só é possível essa diversidade de trajetórias escolares para alunos de política de inclusão racial, devido aos anos contemplados na pesquisa que estavam sob a vigência das



Resoluções 37/04 e 17/07 do COUN/UFPR. Pois as Resoluções, diferente da lei 12.711<sup>4</sup>, admitiam que os estudantes que ingressassem pelo sistema de cotas raciais tivessem estudado em instituições privadas.

**GRÁFICO 1 – Trajetória Estudantil**



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir das respostas do questionário

A incidência de maioria absoluta de estudantes oriundos de escolas públicas (58%). Esse dado pode representar que a maioria dos estudantes, podem ter tido acesso a uma escolarização que, infelizmente, encontra-se em estado de precarização refletida em baixa qualidade no ensino. Pode-se considerar que esse cenário de ensino é devido:

À histórica falta de prioridade com o ensino público básico e a sua ausência nos planos diretores e propostas do Estado, até por não fazer parte das prioridades da própria sociedade, está refletida, por consequência, em prejuízos na concepção e implementação de políticas públicas eficientes que tragam verdadeiramente resultados substanciais à melhoria da qualidade da escola pública de ensino básico (MARQUES; PELICIONI; PEREIRA, 2007).

A questão da qualidade do ensino público, por outro lado, incide diretamente no contexto social da escola, visto que por não apresentar uma boa qualidade, a frequência a esse setor vai ser dar por população que, por não ter as condições econômicas de frequência à escola

<sup>4</sup> A lei 12.711 estabelece em seu artigo primeiro que os estudantes para concorrer a vaga nos cursos de graduação das instituições federais de educação superior, devem ter cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas.

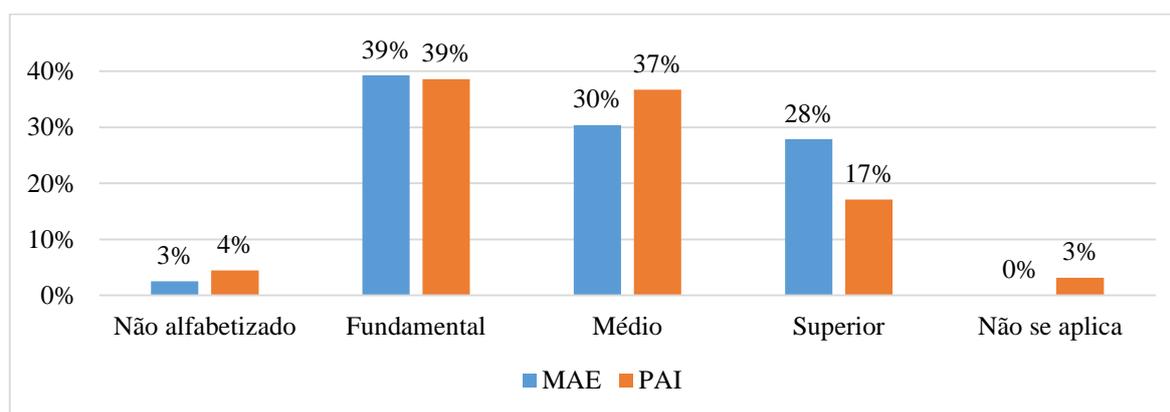
privada, tem na escola pública sua única opção de acesso à escolarização básica. Assim, pode-se inferir que a maioria dos estudantes pesquisados faz parte da camada social com baixo poder econômico.

Esse dado dos estudantes, de maioria de frequência no ensino público, tem ligação direta com o nível de escolarização dos pais demonstrado no gráfico abaixo.

Analisando o quadro, percebe-se que o percentual de escolaridade de mães com ensino superior completo é de 28%. Quanto aos pais, 17% possuem nível superior completo. Percebe-se, porém, que a maioria dos estudantes é de famílias cujas mães possuem apenas o nível básico de ensino, ou seja, 69%. 39% possui somente o ensino fundamental que, se somados aos 3% de mães não alfabetizadas, totaliza um percentual de 42% de mães fora da faixa de escolarização básica completa.

A educação formal do pai não é muito diferente. Percebe-se que na etapa do ensino fundamental há 39%. No nível do ensino médio completo são 37% e no nível superior, 17%. Os 4% que não se aplicam podem estar relacionados ao fato de os estudantes desconhcerem a situação de escolaridade dos pais, por terem sido criados somente na convivência da mãe.

**GRÁFICO 2 – Escolaridade dos pais**



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir das respostas do questionário

Esse quadro de escolaridade dos pais representa que a grande maioria das mães e pais desses estudantes não possui formação superior e boa parte não terminou a educação básica. Isso vai incidir diretamente na condição econômica familiar, pois, na sociedade brasileira, há



uma correspondência entre formação escolar e os diplomas na estratificação social por renda, visto que “estes estabelecem a correspondência entre capital cultural e o valor em dinheiro que o portador de um diploma ou de uma determinada trajetória escolar podem conseguir no mercado de trabalho” (BRANDÃO, 2003, p. 37).

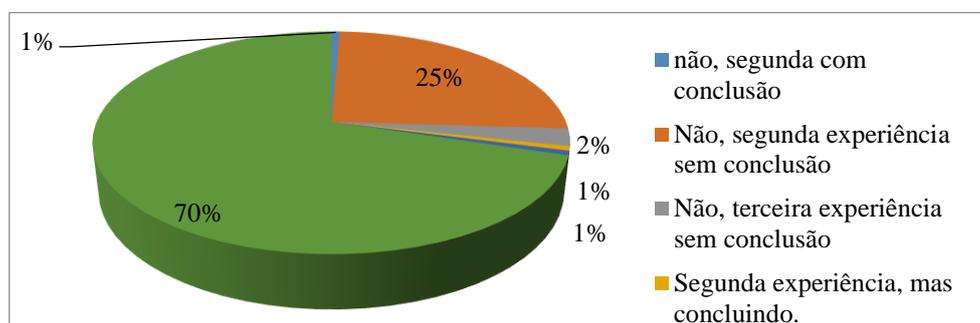
Assim, é possível comprovar a dificuldade que há, para a população negra, quanto à realização escolar, o que vai se revestir na ocupação em atividades com rendimento baixo e, por vezes, voltadas para o mercado informal. É dessa forma que se apresenta a reprodução da pobreza e da exclusão social no Brasil, em que a questão racial faz relação direta com a questão de estrutura econômica (BRANDÃO, 2003).

O ingresso dos estudantes na academia faz um rompimento com essa lógica excludente, porém, isso só é possível mediante a política inclusiva afirmativa que este estudo apresenta. Esses dados confirmam conclusões de outras pesquisas que apontam que os estudantes cotistas são muitas vezes os primeiros de várias gerações a acessarem a educação superior em suas famílias (SANTOS, 2013; CARVALHO, 2009).

No GRÁFICO 3, a seguir, figura-se a realidade da experiência acadêmica desses estudantes. A maioria expressiva dos estudantes (70,25%) está tendo a primeira experiência em um curso de graduação. Trocaram de curso 25,31% e estão na segunda experiência. Chama a atenção o fato de 1,26% terem respondido que estão na segunda e terceira graduação e com as anteriores concluídas, visto que estes são participantes de uma política de inclusão para alunos não graduados. Conforme o art. 3º da Resolução 17/ 07 COUN/UFPR: “Não poderão candidatar-se às vagas de inclusão racial ou social, pessoas que já possuam curso superior”. Vale ressaltar que nem a Lei 12.711 e nem o Decreto 7.824 que regulamenta a lei, trazem em seus textos essa observação quanto ao aluno não poder concorrer à vaga nessa modalidade por já possuir graduação. Essa foi uma decisão adotada através da autonomia universitária da UFPR.



**GRÁFICO 3 – Experiência na educação superior**

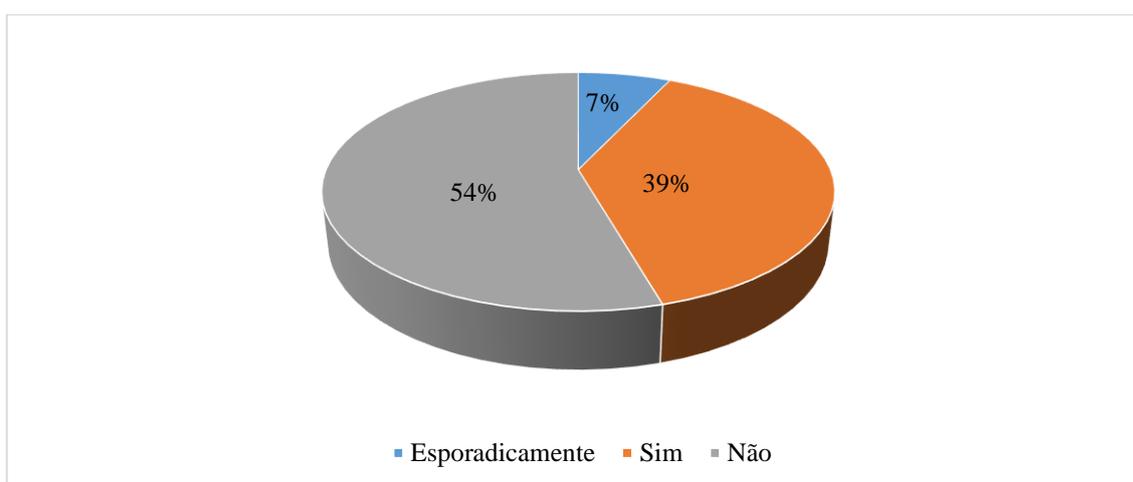


**Fonte:** Elaborado pela autora a partir das respostas do questionário

Em relação ao semestre que estão cursando, somente 5% dos estudantes declararam estar no primeiro semestre, 58,2% se encontram na faixa do quinto ao nono semestre do curso, ou seja, da metade para o final.

Quanto ao exercício de atividade remunerada, a maioria dos participantes (54%) declarou não desempenhar atividades laborais remuneradas. Porém, há um percentual considerável que precisa recorrer ao desempenho do trabalho remunerado (39%), outros 7% recorrem a esse recurso de forma esporádica, como constatado no gráfico abaixo:

**GRÁFICO 4 – Atividade remunerada**



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir das respostas do questionário

As políticas de inclusão na educação superior de estudantes das camadas mais

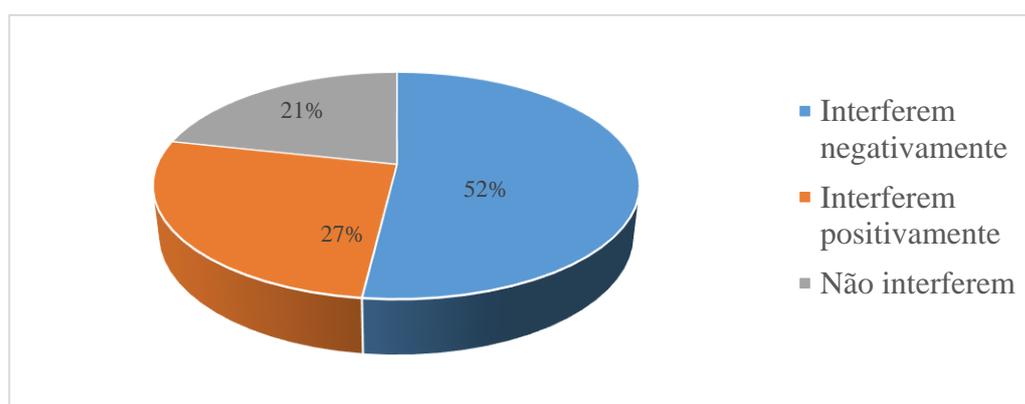


populares e que apresentam maior fragilidade financeira, têm apresentado mudança no perfil dos estudantes universitários em geral. Em busca de responder a necessidade desse novo universitário, os últimos governos procuraram estipular políticas que assegurem a permanência, como auxílios do Programa Nacional de Assistência Estudantil<sup>5</sup> - PNAES. No entanto, por diversas razões esses auxílios, por vezes, não são suficientes para suprir suas necessidades econômicas e o estudante vê-se diante do imperativo de ter que trabalhar para supri-las.

Ser estudante e também trabalhador é uma situação bem comum nesse nível de escolarização. Essa dupla função torna-se um dificultador para a permanência na academia, bem como da conclusão do curso (VARGAS, PAULA, 2013).

A dificuldade para a permanência e conclusão do curso, por parte dos estudantes negros trabalhadores da UFPR, pode ser dimensionada no gráfico abaixo, que demonstra que a maioria dos estudantes (52%) que se encontram nessa condição declararam que o fato de exercerem atividade remunerada interfere negativamente nas atividades acadêmicas. Observa-se que 27% declaram que o fato de trabalhar interfere positivamente na sua vida acadêmica, o que pode estar relacionado com o tipo de trabalho que exerce e a ligação dessa atividade com a graduação que está cursando. Há, ainda, aqueles que, talvez por estarem envolvidos em trabalhos com menores cargas horárias, observam que sua condição de trabalhador não afeta sua vida acadêmica (21%).

**GRÁFICO 5** – Influência da atividade remunerada nas atividades acadêmicas



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir das respostas do questionário

<sup>5</sup> O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é uma política do Ministério da Educação que visa auxiliar a permanência de jovens de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.



No Brasil não existe uma legislação específica<sup>6</sup> que contemple a necessidade do estudante trabalhador. Por outro lado, o fato das Universidades não desenvolverem programas que respondam a essa necessidade demonstra a “fragilidade da política de expansão do acesso à educação superior no Brasil, ao negligenciar a difícil situação da maioria dos estudantes da educação superior quanto à conciliação das atividades laborais e educacionais” (VARGAS, PAULA, 2013, p. 479).

### **3. CONCLUSÃO**

Na análise de dados que demonstram o perfil dos estudantes cotistas raciais na UFPR, podemos identificar que a política afirmativa de cotas para além de trazer oportunidades para os estudantes de pertencimento de populações historicamente discriminadas, também traz para a academia a mudança no colorido e na diversidade desse universo.

O fato de alunos dos cursos de medicina e direito somados representarem 17% do total dos alunos que responderam ao questionário, nos traz a visão geral de como esses cursos que historicamente foram cursos elitizados e portanto dominado pela elite branca e que somente através da política de inclusão racial foi que a presença negra nessas áreas virou realidade, gerando um processo de democratização significativa no acesso de negros ao espaço acadêmico.

A maioria desses estudantes frequentam seus cursos no horário diurno, e frequentaram escolas públicas. Porém há um percentual considerável de estudantes que estão alocados em horário noturno 36%. O que aponta muitas vezes para a necessidade dos estudantes de conciliar estudos com atividades laborativas que lhes tragam proventos necessários para a subsistência. O que nos traz outra questão, pois conciliar essas duas tarefas, nem sempre se dá sem prejuízos para os estudos, visto que a divisão do tempo entre essas duas esferas pode comprometer o rendimento acadêmico e dificultar sua conclusão.

Quanto ao nível de escolaridade dos pais, vislumbramos que a grande maioria das mães e pais desses estudantes não possui formação superior e boa parte não terminou a educação

---

<sup>6</sup> No Código de Trabalho de Portugal existem subseções especificamente destinadas ao trabalhador-estudante. No caso de Cuba foi adotado Programas curtos que possibilitam o acesso ao emprego, ao mesmo tempo em que possibilita a continuidade dos estudos na educação superior. (VARGAS, PAULA, 2013).



básica. O que vai incidir na condição econômica familiar. Isso porque dentro da sociedade brasileira, há uma correspondência entre formação escolar e os diplomas na estratificação social por renda, visto que há uma relação entre valorização cultural e valorização monetária, portanto a conclusão do ensino superior está diretamente relacionada com melhores colocações no mercado de trabalho e portanto valorização salarial. Dessa forma, durante séculos a população negra, alijado dos bancos escolares, refletindo em suas ocupações laborativas ligadas a atividades com rendimentos baixos e, na maioria das vezes, apoiadas ao mercado informal. É dessa forma que se apresenta a reprodução da pobreza e da exclusão social no Brasil, em que a questão racial faz relação direta com a questão de estrutura econômica (BRANDÃO, 2003).

A política afirmativa busca traçar o rompimento com essa lógica que tem sido a realidade da população negra como desdobramento de toda falta de políticas voltadas para esse público. Na maioria dos estudantes respondentes dessa pesquisa, podemos observar que são os primeiros dentro do seu núcleo familiar os primeiros a estarem dentro da academia e com possibilidades de adquirir um curso de nível superior.

Porém, para que essa seja uma realidade é preciso que a Universidade se atente para alguns aspectos para que a permanência desses estudantes não seja interrompida. O fato de termos 52% de estudantes que se encontram na condição de estudantes trabalhadores, colocarem que o fato de estarem trabalhando e estudando interfere negativamente no desempenho acadêmico. Esse fato aponta para a necessidade de desenvolvimento de políticas de permanência não universalistas, mas que seja voltada especificamente para atender as necessidades do público alvo dessa política, de forma, a desenvolver as melhores condições para o Êxito dos estudantes e da política afirmativa colocada.

## REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Tradução de GUARESCHI, Pedrinho A. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015

BOBBIO, Norberto. **A Era Dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRANDÃO, André Augusto Pereira. **Raça, demografia e indicadores sociais**. IN: OLIVEIRA, Iolanda de (ORG). **Relações Raciais e Educação: Novos desafios**. Rio de Janeiro:



DP&A, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.** Institui Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES. Disponível em: <[http://www2.unifap.br/dace/files/2015/01/portaria\\_pnaes.pdf](http://www2.unifap.br/dace/files/2015/01/portaria_pnaes.pdf)>. Acesso em: 06/02/2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago 2012. Disponível em: . Acesso em 26/05/2020.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Paraná. Secretaria dos Órgãos Colegiados. **RESOLUÇÃO Nº 37/04- COUN-** Estabelece e Aprova Plano de Metas de Inclusão Racial e Social na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

CARVALHO, José Jorge. **Ações Afirmativas na Pós-graduação, na docência superior e na pesquisa.** IN: SILVÉRIO, Valter Roberto; MOEHLECKE, Sabrina. (Orgs.). **Ações Afirmativas na Políticas Educacionais: O Contexto Pós-Duban.** São Carlos: EDUSFcar, 2009.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas. **As ações afirmativas e os processos de promoção da Igualdade efetiva.** Série Cadernos do CEJ, nº 24. P. 85-123. Seminário Internacional as minorias e o direito. 2001. Disponível em: <<http://sites.multiweb.ufsm.br/afirme/docs/Artigos/var02.pdf>> Acesso em: 03/04/200.

PORTO, Liliana; SILVA, Paulo Vinícius Batista; OTANI, Marilene. **Impactos e Dilemas da Adoção de um Sistema de Cotas na UFPR.** In: Costa, Hilton; Pimentel, André; Silveira, Marcos Silva (Orgs). **Uma Década de Políticas Afirmativas: Panorama, Argumentos e Resultados.** Ponta Grossa. UEPG, 2012.

MARQUES, Elias P.; PELICIONI, Maria C. F.; PEREIRA, Isabel M. T. B. **Educação Pública:** falta de prioridade do poder público ou desinteresse da sociedade? *Revista Brasileira. Crescimento e Desenvolvimento.* Hum. v. 17, n. 3. São Paulo, dez. 2007. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822007000300003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000300003). Acesso: 15/08/2019.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações Afirmativas na educação pública superior:** o perfil dos estudantes egressos do sistema de cotas na Universidade de Brasília. Relatório final de pesquisa de Pós-Doutorado. Providence: Brown University, 2013.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. **A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior:** Desafio público a ser enfrentado. *Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP,* v. 18, n. 2, p.459-485, jul. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n2/11.pdf>. Acessado em: 22/07/2020.



Enviado em: 31/07/2020  
Aprovado em: 18/11/2020